

# BREVES REFLEXÕES ACERCA DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL NO BRASIL

BRIEF MUSINGS ON SOCIAL DEVELOPMENT IN BRAZIL

Marcelo Martins da Silva<sup>1</sup>

SILVA, M. M da. Breves reflexões acerca do desenvolvimento social no brasil. **Akrópolis** Umuarama, v. 25, n. 1, p. 47-60, jan./jun. 2017.

DOI: 10.25110/akropolis.v25i1.6673

**RESUMO:** Recentemente a sociedade brasileira vem experimentando um aprofundamento de posições no debate político em torno do modelo de desenvolvimento que se pretende para o país: resumidamente, um desenvolvimento com inclusão social mais efetiva ou outro cujo enfoque é a segurança e austeridade fiscal em detrimento das políticas sociais. O debate não é novo e pode ser cotejado com interpretações de grandes pensadores brasileiros. Da breve reflexão que se segue, o artigo pretende discorrer sobre uma questão importante, objeto de discussão daqueles que interpretaram o Brasil e que ainda exerce forte influência nas agendas e no discurso político e econômico atual, a saber, quais seriam os bloqueios para um efetivo desenvolvimento social no país.

**PALAVRAS-CHAVE:** Discurso Político; Desigualdade; Patrimonialismo.

**ABSTRACT:** The Brazilian society has recently been facing a deepening of positions in the political debate surrounding the development model intended for the country. In other words, development with more effective social inclusion or other whose focus is on fiscal security and austerity to the detriment of social policies. This is not a new debate, and it can be compared by using thoughts from exponential Brazilian philosophers. From the brief reflection that is presented herein, the paper intends to address an important issue, which has been the object of debate by those who have interpreted Brazil and who still exert a strong influence in the national agendas and current political and economic discourse, namely, the blockades for an effective social development in the country.

**KEYWORDS:** Inequality; Patrimonialism; Political Discourse.

<sup>1</sup>Graduado em Ciências Sociais pela Fundação de Santo André (FSA) e Mestre em Planejamento e Gestão do Território pela Universidade Federal do ABC (UFABC). Sociólogo pela Prefeitura Municipal de Mauá e Pesquisador pelo grupo de pesquisa Política, Políticas Públicas e Ação Coletiva (3PAC), vinculado a UFABC. Endereço postal: Rua Rodrigo Otávio, 64 – Jardim Santo Alberto, Santo André, São Paulo. CEP: 09260-300  
E-mail: marcelo-msilva@bol.com.br

## INTRODUÇÃO

Os aspectos de formação da sociedade brasileira foram objeto do esforço interpretativo de autores importantes como Caio Prado Jr., Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda, Celso Furtado, Florestan Fernandes e vários outros. Esses autores procuraram elucidar a especificidade sócio-histórica brasileira por diferentes perspectivas, ora enfatizando aspectos econômicos (Caio Prado e Celso Furtado), ora político-culturais (Gilberto Freyre e Sérgio Buarque), ou mesmo em uma tentativa de síntese, a nosso ver, mais ampla (Florestan Fernandes).

Cotejados com os debates recentes sobre o desenvolvimento brasileiro, percebe-se que estes autores exercem ainda que indiretamente, uma grande influência em que, por uma determinada perspectiva, o foco da análise é a desigualdade, pobreza e concentração de renda, por outra, a corrupção, gestão pública e crescimento econômico. Não se tratando de tipos puros, por vezes se confundindo e mesclando discursos e práticas.

Dentre os autores que produziram paradigmas explicativos, Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda, vão desenvolver elementos para o tema no seu viés político, sociocultural e psicossociológico (sem descuidar das questões econômicas). o primeiro argumentando sobre os aspectos positivos da formação social brasileira fundada na família patriarcal e seus desdobramentos na fusão com os fatores modernizantes e o segundo sobre seus aspectos negativos.

Caio Prado Jr. e Celso Furtado, sem perder de vista a amplitude dos problemas e potencialidade da sociedade brasileira nos seus aspectos políticos e socioculturais, vão contribuir imensamente para a compreensão da dinâmica econômica brasileira, passada e presente. Já Florestan Fernandes analisa esses mesmos fenômenos em uma perspectiva mais ampla, econômica, política e sócio-histórica.

Na primeira parte deste trabalho discorreremos sobre alguns aspectos socioeconômicos da formação da sociedade brasileira contidas nos trabalhos de Caio Prado Jr. (2011) e Celso Furtado (2007), além de observações de comentaristas destes autores como Reis (2007) e Teixeira (2005). Na segunda parte trataremos dos autores pioneiros sobre a questão do patrimonialismo/patriarcalismo no Brasil, Freyre (2003; 2006) e Holanda (1995) e comentaristas, Souza

(2000; 2003); Reis (2007); e Bastos (2005). Na terceira parte refletiremos sobre como Florestan Fernandes (2006) analisa o bloqueio estrutural brasileiro, dialogando com as contribuições de Reis (2007) e Souza (2003). Na quarta parte discorreremos sobre a influência do pensamento destes autores no debate político e teórico dos projetos políticos e econômicos brasileiros das últimas duas décadas: o novo/neodesenvolvimentismo e o neoliberalismo, utilizando para tanto textos e entrevistas de autores como Abreu (2006), Bresser-Pereira (2012; 2013), Dória (2008), Furtado (2004), Cardoso (2001; 2009), Franco (1998), Holston (2013), e Souza (2009). Por fim faremos breves considerações sobre aquilo que foi apresentado.

## ASPECTOS ECONÔMICOS DA FORMAÇÃO SOCIAL BRASILEIRA

O principal aspecto que estruturou a economia da sociedade brasileira desde a colônia e ressoou, em maior ou menor grau, nas várias fases econômicas pelas quais passou o país, foi identificado e apontado por Caio Prado Jr. e Celso Furtado: a orientação para o mercado externo. Caio Prado a tratou como o “sentido” da colonização, isto é, um direcionamento no desenvolvimento histórico passível de ser compreendido analisando fatos relevantes num período de tempo mais abrangente, em que a dinâmica do “sentido” se observa a partir de seus fatores constitutivos e não existe a priori, mas é reconstruída a posteriori (TEIXEIRA, 2005, p.4). Desse modo, faz-se necessário um olhar mais abrangente para História, interrelacionando fatos epistémicos entre si e com o todo, de modo a possibilitar uma visão global e coerente que justifique falar em um “sentido”.

Para Caio Prado o “sentido” da colonização brasileira inscreve-se como uma vasta empresa comercial inserida no âmbito da acumulação primitiva de capital na Europa, cujo único objetivo era fornecer produtos primários de alto valor para o mercado externo. (PRADO JR., 2011, pp. 28-29). O “sentido” ou direcionamento para o mercado externo conduzirá toda a obra da colonização e sociedade colonial e, somado às características peculiares do território e dos povos que aqui se integraram, fez emergir uma sociedade original, baseada na produção agrícola, pecuária, e posteriormente, mineradora, que recrutava compulsoriamente trabalhadores

negros africanos e indígenas do próprio território.

Porém, nesta sociedade original, o que vigorou do ponto de vista econômico foi "... a repetição no tempo e no espaço de pequenas e curtas empresas de maior ou menor sucesso", que teria como consequência, "... a exploração extensiva e simplesmente especuladora, instável no tempo e no espaço, dos recursos naturais do país." (PRADO JR., 2011, pp.133-134). O oportunismo produtivo que demandava uma exacerbada mobilidade da população e, por isso mesmo, estruturou as desigualdades regionais, foi orientado sempre pela e para demanda externa, conseqüentemente, criava um antagonismo entre o desenvolvimento endógeno e a função exógena do sistema (DEÀK, 2010, p.26). Este antagonismo como limitador do desenvolvimento brasileiro possui semelhanças com a visão de Celso Furtado (2007). Para este, a orientação para o mercado externo associada a uma escassa renda monetária limitava o desenvolvimento do mercado interno, assim como a produção agrícola somada a abundância de terras e vasta oferta de mão-de-obra escrava impossibilitaram o progresso técnico/tecnológico. (TEIXEIRA, 2005, p.5)

A ausência de um mercado interno e perspectiva para tal, já que na economia escravista se produzia apenas para exportação e para subsistência, fez com que a alternativa para economia açucareira (em tempos de crise) fosse a pecuária, com isso expandiu-se o território ocupado para além da faixa litorânea, aprofundando a atividade econômica que melhor correspondia a pecuária: a economia de subsistência (FURTADO, 2007, p.106). É possível estabelecer um paradoxo entre o sucesso da rentabilidade da economia açucareira e por isso mesmo, o fracasso do desenvolvimento de uma economia mais diversificada que inserisse novas técnicas e tecnologias, e por consequência uma demanda para sustentar este sistema mais desenvolvido. A alta rentabilidade do açúcar inviabilizou economicamente a produção de outros gêneros, porque os detentores da renda importavam suas necessidades, assim como a disponibilidade de terras propiciou – além da pecuária que não influía sobre a produtividade – a estagnação da produção na medida em que o aumento desta se dava pela expansão no território e não pelo desenvolvimento técnico/tecnológico. Esta estagnação e eventuais retrocessos não:

...acarretavam qualquer modificação estrutural. Mesmo que a unidade produtiva chegasse a paralisar-se, o empresário não incorria em grandes perdas, uma vez que os gastos da manutenção dependiam principalmente da própria utilização da força de trabalho escravo. Por outro lado, grande parte dos gastos de consumo do empresário estava assegurada pela utilização dessa força de trabalho sem quaisquer modificações estruturais. As paralisações ou retrocessos nesse crescimento não tendiam a criar tensões capazes de modificar-lhe a estrutura. Crescimento significava, nesse caso, ocupação de novas terras e aumento de importações. Decadência vinha a ser redução dos gastos em bens importados e na reposição da força de trabalho (também importada), com diminuição progressiva, mas lenta, no ativo da empresa, que assim minguava sem se transformar estruturalmente. (FURTADO, 2007, p.89)

Disso redundou que, com a decadência da economia açucareira, o Nordeste brasileiro, região que concentrava e era caracterizada por esta, tivesse como legado a economia de subsistência, com:

"... atrofiamento da divisão do trabalho, redução da produtividade, fragmentação do sistema em unidades produtivas cada vez menores, desaparecimento das formas mais complexas de convivência social, substituição da lei geral pela norma local e etc." (FURTADO, 2007, p.113).

O bloqueio estrutural estaria relacionado a este sentido histórico que ia "... moldando formas particulares do ser e ir sendo capitalismo." (RAGO FILHO, 2010, p. 76) e não às formas pré-capitalistas ou semifeudais de produção. A atribuição destas últimas à realidade histórica brasileira, segundo Furtado (2007, p.89) e Caio Prado Jr. (REIS, 2007, p.185-186) se tratava de um erro teórico, já que a forma particular de latifúndio baseada na escravidão não concentrava internamente a riqueza gerada, pelo contrário, a realização desta se dava externamente, na Europa. Portanto, é o direcionamento externo de uma produção assentada na monocultura e em mão-de-obra escravista, e a falta de autonomia que caracterizam a formação da sociedade brasileira que vai influenciar o baixo nível de desenvolvimento das forças produtivas, a alta concentração de renda e as desigualdades sociais e regionais subsequentes.

## **GILBERTO FREYRE E SÉRGIO BUARQUE DE HOLANDA: PATRIARCALISMO, PERSONALISMO E PATRIMONIALISMO**

Outros aspectos importantes da formação social brasileira, políticos e culturais, que influenciam o debate político até os dias atuais, foram desenvolvidos teoricamente por, dentre outros, dois autores bastante importantes: Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda. O foco da nossa reflexão sobre a obra destes autores será nas possíveis implicações políticas que a análise do tipo cultural brasileiro empreendida por eles remete: a relação entre Estado e sociedade, que para os autores se funda e se estrutura nas heranças comportamentais e institucionais do colonizador português.

A família patriarcal, católica, que dominava para além do Estado e da Igreja, ditando as regras políticas e econômicas, e integrando o negro, o índio e o mestiço no seu campo de dominação, foi para Freyre a principal instituição do Brasil colonial (FREYRE, 2003, pp.38 e 85). Esta instituição, em sua forma brasileira, surgiu a partir de características próprias dos portugueses devido ao contato prévio com outros povos; à facilidade de se integrar; à mobilidade; à predisposição para a colonização híbrida; à falta do orgulho de “raça” e etc., e foram estas características que possibilitaram ao português colonizar o Brasil. O ambiente tropical adverso ao europeu, por estas características, não foram grande problema ao português, o problema maior, demográfico, foi contrabalanceado pela relação vencedor-vencido, isto é, os portugueses em seu ímpeto de excitação pelas indígenas e negras, e por todo o poder militar que o permitia exterminar e escravizar índios e negros, esturpava índias e negras e fez nascer uma geração de mestiços (REIS, 2007, pp. 66-67).

Freyre não nega os antagonismos na formação da sociedade brasileira, ao contrário, os enfatiza, mas aponta para o equilíbrio destes antagonismos. Não há uma relação de negação e sim de integração entre a casa-grande e a senzala; entre o senhor e o escravo; entre o dominado e o dominador; este equilíbrio, segundo ele, se deve às características civilizadoras dos dominados, culturalmente superior em alguns aspectos. (FREYRE, 2003, p.107). Segundo Souza (2000, p.71) a atenção de Freyre “... esteve sempre voltada a perceber formas de integração harmônica de contrários, interdependência e

comunicação recíproca entre diferentes, sejam essas diferenças entre culturas, grupos, gêneros ou classes”. O problema maior da colonização e do estabelecimento do patriarcado, longe de ser o antagonismo social, harmonizado pela miscigenação, era a monocultura do açúcar que impossibilitava a produção de outros gêneros e descuidava da alimentação das populações.

Para Freyre a miscigenação foi o ponto alto da colonização, porque só ela permitiria o desenvolvimento em condições sociais tão adversas. Freyre parece se valer de um tempo lento, quase perene para afirmar sua tese, mais marcado pela continuidade do que pela ruptura (REIS, 2007, pp.80-81). Olha da perspectiva do colonizador que reconhece o valor do colonizado desde que este não ameace sua posição. Reconhece os antagonismos, mas harmoniza e administra os conflitos com base em elementos subjetivos e culturalmente deterministas – o “ímpeto sexual do português” devido a seu passado étnico/colonial; “aptidão” para se aclimatar em regiões tropicais; a falta de orgulho de raça e etc. Neste sentido, Freyre afirma a raça, mas a relativiza (sem superá-la) ao transportá-la do campo da biologia para o da cultura (SOUZA, 2000, p.72). É o personalismo ibérico e o patriarcalismo familiar português que estruturam todas as instituições no Brasil colonial, assim o poder privado familiar exercido pelo pai vai se confundir com o poder público, do Estado. Nesse ponto, na herança portuguesa, é que Sérgio Buarque de Holanda vai identificar a inexistência de uma exploração/colonização metódica e racional no Brasil que vai determinar a persistência de uma escala de valores incoerentes com instituições que careciam de valores modernos para um efetivo desenvolvimento de uma democracia de fato:

Culto da personalidade, valores individualistas, ausência de uma moral do trabalho, resistência à regra social, à lei, tem como consequência uma sociedade dificilmente governável, pelo menos de forma democrática. Tal autarquia dos indivíduos, tal anarquia, só uma força externa pode organizar e dirigir. À liberdade excessiva substitui-se com facilidade a obediência cega. (REIS, 2007, p.124).

Sérgio Buarque de Holanda (1995, pp.31 e 40) vai argumentar que o personalismo ibérico, mais especificamente o português, foi a principal herança colonial para a sociedade brasileira, e

esta representação importada não condizia com a realidade brasileira e a tornava ininteligível. Seguindo os passos de Gilberto Freyre, Sérgio Buarque vê o português como um “europeu diferente”, mais autônomo no que diz respeito às imposições feudais e por isso mesmo mais individualista e menos dado a hierarquias (HOLANDA, 1995, p.44). A imprecisão do caráter levou ao personalismo que se vincula aos sentimentos e a relação pessoal do mando-obediência.

O ímpeto aventureiro do português o fazia buscar riqueza fácil e não explorar racionalmente a nova terra. Essa busca por riqueza fácil demandava certo grau de coesão entre os estratos dominantes, e por isso não havia ruptura entre a burguesia e nobreza portuguesa. A burguesia não representava o novo, antes, se associava ao arcaico, ao doméstico, ao privado (HOLANDA, 1995, pp.88 e 112). Com a república e a urbanização, os antigos valores monárquicos ainda que sem razão de ser, mantêm-se. Não há a possibilidade de um governo racional-democrático em tal contexto, pois a obediência cega, própria das relações privadas fundadas na autoridade centralizada, demanda um Estado, que se não despótico, autoritário (HOLANDA, 1995, p.176). Neste ponto parece que Freyre e Holanda concordaram, já que o primeiro não supunha viável que uma democracia política impessoal ordenasse forças sociais que foram durante toda a sua história, baseadas na pessoalidade. Porém, também não via motivos para romper com essa lógica, enquanto Sérgio Buarque afirmava a necessidade premente disto, entendendo o conflito como parte essencial da sociedade moderna (BASTOS, 2005, p.34). Sérgio Buarque parece concordar com Caio Prado quanto a existência de um oportunismo produtivo na vida social brasileira, mas não como forma particular de objetivação do capitalismo, e sim como uma herança própria da sociabilidade ibérica (HOLANDA, 1995, p.135).

Interessante notar, como apontaram Souza (2000) e Bastos (2005), que o principal antagonismo no que se refere à sociedade brasileira moderna, “... a “ambiguidade” cultural brasileira a partir do embate entre a tradição patriarcal e o processo de “ocidentalização” a partir da influência da Europa “burguesa”, e não mais portuguesa que toma de assalto o país no séc. XIX”. (SOUZA, 2000, p. 72), remete a análise contida em Sobrados e mucambos, e se aproxima mais de um possível “debate” com Raízes do Brasil

de Sérgio Buarque.<sup>2</sup>

Em Sobrados e Mucambos, Freyre argumenta que a chegada da família real portuguesa ao Brasil acelerou a decadência do patriarcalismo rural brasileiro concomitante com a emergência de uma nova classe mais próxima dos valores burgueses “urbanos” europeus (FREYRE, 2006, pp.105 e 107). Com a decadência, faz-se necessário restaurar o equilíbrio dos antagonismos, que não seria grande problema dado a interpenetração étnico/cultural, porém com grau de importância maior do urbano e, conseqüentemente, de uma complexidade maior da vida social em termos psicossociológicos (SOUZA, 2000, pp.93-94). A preocupação principal parece ser demonstrar a diferenciação do meio rural e urbano e como a influência tradicional (portuguesa) e moderna (inglesa) se relacionava a partir de outro espaço social com novos valores. A urbanização é o fenômeno que vai gradualmente, substituindo o individualismo e o personalismo por valores coletivos mais afeitos ao mundo urbano.

Bastos (2005, pp. 26-27) argumenta que tanto Raízes do Brasil quanto Sobrados e Mucambos, o tema central é a urbanização, seus dilemas, a diferenciação e ao mesmo tempo a simbiose do rural e do urbano. Segundo a autora, para Freyre, mesmo com a continuidade dos traços patriarcais na ordem burguesa, estes não seriam suficientes para evitar a tensão que surgiria com a ordem impessoal, tanto na esfera pública, quanto na esfera privada, portanto, pressupondo certa autonomia de uma em relação à outra. Sérgio Buarque, por sua vez, veria a impossibilidade de uma “esfera pública independente no Brasil” na medida em que as formas de sociabilidade replicariam os mesmos papéis sociais<sup>3</sup>: “O processo tem como consequência a transferência para o urbano da mentalidade e do modo de organização, imperantes nos domínios rurais” (BASTOS, 2005, pp.27-28).

Esta plasticidade híbrida que caracterizaria a sociedade brasileira, segundo Freyre

<sup>2</sup>Segundo Bastos (2005, p.21) a reformulação de ambos os textos que foram publicados no mesmo ano (1936) para suas respectivas segundas edições, 1948, Raízes do Brasil e 1951, Sobrados e mucambos, define o contraponto da tese dos dois autores.

<sup>3</sup>Florestan Fernandes (2006, p.217) observa que não obstante a urbanização crescente modificar usos costumes oriundos do estamento senhorial, “... o austero homem de negócios, do nascente e próspero “alto comércio” urbano, impunha-se o mesmo código de honra, aspirava os mesmos ideais e, se não igualava, suplantava o estilo de vida da aristocracia agrária (confundindo, na paisagem social em mudança, os dois mundos mentais, o da ‘Casa-Grande’ e o do ‘Sobrado’)”.

e Holanda, quando metamorfoseada analiticamente para a atualidade, foi entendida por Souza (2003, pp. 97-98) em atribuição ao que o autor chama de “nova periferia”, como um:

...conto de fadas sociológico, que supõe a existência de uma religiosidade católica operante associada a um patrimonialismo político organizado no Brasil colonial, não é apenas um contrassenso histórico. Ele é também a base para a suposição de um eterno ativismo personalista e familista, dominante em suas infinitas variações – hoje em dia é sua variação “hibridista” que está na moda – seja no horizonte periférico, seja na reflexão internacional acerca da periferia, que supõe a continuidade eterna de relações pessoais e familiares mesmo em sociedades periféricas complexas e dinâmicas como a brasileira.

Isso se deve, segundo o autor, ao fato de inexistir em sociedades periféricas como a brasileira um arcabouço ideal e consensual consistente para abarcar aqui práticas institucionais consolidadas, portanto, as “práticas modernas são anteriores às ideias modernas” (SOUZA, 2003, p.99). Isto é, antes – com a impossibilidade institucional para tanto – de consolidar-se a tradição portuguesa, do ponto de vista simbólico (moral, cognitivo), transitou, a sociedade brasileira, para as práticas institucionais burguesas, “... sem o lastro ideal e valorativo que lhe permita articulação, reflexividade e consciência de longo prazo dos seus dilemas e contradições...” (SOUZA, 2003, p. 100). Não se trata, portanto de “hibridismo”<sup>4</sup>, mas de desarticulação entre as práticas e os ideais institucionais modernos; inexistia limitações (como continuidade da tradição portuguesa) do ponto de vista cultural ou moral que resistissem aos valores burgueses modernos da mesma maneira que um potencial “... generalizador, abrangente e inclusivo existente nas sociedades centrais do ocidente.” (SOUZA,

<sup>4</sup>Para Souza (2003) a teoria (única) que possui como exclusiva função explicar o Brasil, isto é, porque o Brasil e o Brasileiro são exatamente do jeito que é e não de outro jeito, é a teoria iniciada por Gilberto Freyre e continuada, com outras nuances, por Sérgio Buarque de Holanda, Raymundo Faoro, Roberto Damatta e etc. Ou seja, aquela que de um lado trata do personalismo (a família patriarcal) e de outro do patrimonialismo (o Estado patrimonial). Um seria extensão do outro ao ponto de se confundirem e anularem a necessária distância entre público e privado nas relações sociais brasileiras. Ele afirma que esta teoria além de errada e frágil, é bastante conservadora; já o era em Gilberto Freyre e continua nos outros autores na medida em que interpreta o Brasil partindo de um arcabouço moral europeu burguês como fonte normativa da nossa riqueza/miséria.

2003, p.100).

Decorre, na visão do autor, que a sociedade brasileira colonial como continuidade da sociedade portuguesa, não corresponde à realidade dado ao fato de que a mais importante instituição histórica no Brasil, a escravidão, em Portugal era episódica e residual. Portanto, o tipo social português não se reproduziu no Brasil. Por aqui se gestou uma sociabilidade oriunda da inserção econômica do território brasileiro (ou do território português na América) no âmbito do incipiente capitalismo europeu. O sentido da colonização que condicionou as relações de produção estabelecidas e não superadas produziu uma classe de desvalidos sociais que, reproduzida historicamente, estruturaria a enorme desigualdade social e concentração de renda do país.

Essa classe de desvalidos, que muito possivelmente tem raízes no setor de “economia de subsistência” que nos falava Celso Furtado (2007), Jessé Souza (2003), dialogando com Florestan Fernandes, vai chamar de “ralé” estrutural. A identificação e peculiaridades desta classe e o cotejo desta com o debate político recente que pende às mazelas “patrimoniais” do Estado, são fundamentais para compreender o quão perverso é o discurso que privilegia crescimento econômico e desconsidera a concentração de renda tratando a gestão de forma uniforme (partindo de conceitos como meritocracia e eficiência) como se houvesse uniformidade social e a desigualdade fosse inexorável.

## **FLORESTAN FERNANDES E AS CLASSES SOCIAIS NO BRASIL**

Em “A revolução Burguesa no Brasil”, Florestan Fernandes investiga a forma específica pela qual se deu o desenvolvimento capitalista no Brasil e suas implicações políticas e sociais (REIS, 2007, p.214). Para o autor, o capitalismo no Brasil se estabeleceu antes de uma ordem social competitiva, ou seja, não seguiu o modelo clássico, mas uma forma particular de desenvolvimento com consequências importantes: o caráter dependente e autoritário da sociedade brasileira em que elementos estamentais e competitivos coexistem com conflitos e conciliações (FERNANDES, 2006, pp.179-180).

A questão trabalhada por ele é a articulação, tanto externa quanto interna, na economia brasileira. O choque entre estruturas econômi-

cas preexistentes e as emergentes não era passível de conciliação e tendia à substituição das velhas formas de produzir encetada por estas mesmas, isto é,

...ao provocar a eclosão de um mercado propriamente capitalista, embora com formas e funções limitadas, a mudança de relação com o mercado mundial forçou a ordem social escravocrata e senhorial a alimentar um tipo de crescimento econômico que transcendia e negava as estruturas econômicas preexistentes. (FERNANDES, 2006, pp.210).

Ou seja, dialeticamente pensadas, as estruturas econômicas preexistentes continham em si o germe da própria negação na medida em que eram constrangidas a integrarem, a partir de dentro, o mercado capitalista. A substituição não se deu, porém, como superação. Deu-se como continuidade, mantendo o "... primado das formas econômicas "arcaicas" na determinação do padrão de equilíbrio dinâmico de todo sistema econômico" (FERNANDES, 2006, p.212).

Portanto, ocorre um processo modernizador, gradual e conciliador entre os setores da burguesia. À ordem capitalista ocorre apenas um ajustamento parcial, e não transformações profundas em que o liberalismo e o capitalismo se impusessem de forma plena, racional, e racionalizasse as relações sociais no país. A ruptura que ocorre com o início da república foi apenas uma necessidade de compatibilizar a ordem antiga à nova, não foi social e política, e, portanto, não alterou profundamente as relações de trabalho como seria necessário, e o trabalho livre não rompe, mas se torna um derivado do trabalho escravo. Disto decorre que não há concomitância do trabalho livre como mercadoria e fator construtivo (FERNANDES, 2006, p.230), ou seja, o trabalho livre não se torna o impulso para uma sociedade competitiva e nem proporciona o surgimento de uma classe trabalhadora emancipada, solidária e com consciência de si. Produziu sim uma elite conservadora, autocrática e com privilégios que para serem mantidos, excluía a parcela da população que estava na base da pirâmide social, de uma participação protagonista na ordem social competitiva.

Souza (2003, p.130) identifica na *Revolução Burguesa* de Florestan Fernandes o ponto chave para a compreensão da implantação e consolidação do capitalismo no Brasil. Esse não

diz respeito à determinada sociabilidade como suposta continuação da sociedade portuguesa, por exemplo; a modelos etapistas e pré-estabelecidos de interpretação histórica, como a tese do feudalismo no Brasil; ou mesmo a uma determinação econômica que implica entender o país como capitalista desde o início, sem problematizar suas mediações políticas e culturais. O ponto chave identificado por Florestan é o "... padrão de civilização dominante a partir da transformação estrutural das formas econômicas, sociais e políticas fundamentais" (SOUZA, 2003, p.130). Este padrão de civilização dominante de que trata Souza, é uma sociabilidade que emerge da imposição da ordem competitiva, adequando saberes e fazeres às necessidades destas, dito de outro modo, é um conjunto de valores, "ideias" que legitimam as práticas e permitem seu desenvolvimento. É justamente esta articulação deficitária ou inexistente entre a implantação e consolidação no capitalismo no país e o funcionamento das práticas institucionais aqui consolidadas e reproduzidas que vão criar uma ordem social competitiva disfuncional ao desenvolvimento do capitalismo no Brasil.

É este "déficit de articulação", como observa Souza (2003, p.132), que vai fazer com que o liberalismo, como "gramática mínima" (SOUZA, 2003, p.134), não tenha produzido efeitos práticos, isto é, o ideário burguês (em seus pressupostos racionalizadores e secularizadores) não encontrou aqui ambiente favorável para sua difusão plena, e a parcialidade deste ideário fez com que elementos estamentais e modernizantes coexistissem. Se fosse apenas um dado ideológico não teria importância, mas implicava naquilo que se pretendia para o país enquanto sociedade; implicava, portanto, em seus determinantes políticos, culturais, econômicos e sociais.

Diferente de Sérgio Buarque, Florestan vai ver o liberalismo como tendo um papel produtivo no Brasil, não se tratando, pois, de uma "ideia fora do lugar" (REIS, 2007, p.222). Porém ele também não foi suficiente para o desenvolvimento de uma política liberal, pelo contrário, o caráter autocrático se somou ao liberalismo econômico para modernizar o capitalismo pelo alto, excluindo do processo a maior parte da população. Aqui, a transição para a ordem burguesa não considerou o desenvolvimento da nação como um todo, mas apenas a classe dominante, portanto:

Foi um desenvolvimento capitalista débil e oscilante, insuficiente para a universalização do trabalho livre, a integração nacional do mercado interno e das relações de produção capitalista e a industrialização autônoma. O desenvolvimento ocorreu com dependência, sempre repostada de forma renovada e revigorada. (REIS, 2007, p.233).

O principal corolário deste processo que limitou o desenvolvimento brasileiro foi a reprodução continuada de uma parcela importante da população alijada dos direitos de cidadania e da participação na ordem social competitiva (de forma não precária), e de outra parcela, esta pequena, que detinha e concentrava poder econômico, político e cultural e, por isso mesmo, possuía um capital social que lhe permitia um “status” diferenciado. Implica em dizer que o principal corolário para a sociedade brasileira foi, e continua sendo, uma abissal desigualdade e concentração de renda.

Baseado na reflexão até aqui desenvolvida sobre a especificidade da sociedade e dos problemas brasileiros, pretendemos realizar algumas considerações sobre este tema no debate político recente.

## **A INFLUÊNCIA DAS TEORIAS SOBRE A FORMAÇÃO SOCIAL BRASILEIRA NO DEBATE POLÍTICO CONTEMPORÂNEO**

Algumas das ideias dos autores que foram até aqui objeto de reflexão – Caio Prado Jr. e sua compreensão do sentido da colonização como uma economia orientada para o mercado externo; Celso Furtado, aproximando-se da compreensão de Caio Prado, argumentando sobre os determinantes que limitavam o desenvolvimento de um mercado interno forte no Brasil; Gilberto Freyre e a identificação das relações sociais que possibilitaram a colonização e mais tarde estariam presentes no debate sobre a modernização do Brasil, isto é, a família patriarcal portuguesa, a plasticidade do povo que aqui se formou e a necessidade de um “equilíbrio” dos antagonismos entre a antiga e nova ordem; Sérgio Buarque de Holanda e o patrimonialismo derivado dos determinantes antes identificados por Freyre, e seus corolários numa ordem típica idealmente “impessoal”; Florestan Fernandes e os limites e potencialidades da revolução burguesa no Brasil e principalmente, as extremas desigualdade e concentração de renda advin-

das de uma ordem competitiva que se formou num contexto capitalista periférico e dependente – são passíveis, no nosso entendimento, de dialogarem com o debate político recente e as agendas em disputa daquilo que se pretende ser o projeto de nação brasileira: neoliberal e neodesenvolvimentista.

É importante lembrar duas coisas: i) para critérios analíticos essas nomenclaturas são úteis, mas a relação destas com a realidade por vezes se confunde e extrapolam as fronteiras de partidos e governos e inclusive das próprias agendas, não se tratando de “tipos puros”; e ii) por isso mesmo o cotejo das agendas como resposta às questões estruturais que estão além dos anseios político-ideológicos é cada vez mais comum, ressalva feita que o “sacrifício” das políticas sociais – em detrimento da austeridade fiscal – responde melhor ao mercado, nesse sentido é como se estas em si fossem um “sacrifício” para o país. No entanto, e em linhas gerais, no que se refere ao Brasil dos últimos 24 anos, é possível aproximar discursos e projetos a uma destas duas agendas.

Do ponto de vista econômico a divergência entre as agendas é maior, sobretudo, no que diz respeito aos impactos potenciais aos beneficiários das políticas distributivas e redistributivas e a atenção dada estrutura produtiva interna (MORAES E SAAD-FILHO, 2011, p.508). Portanto, crises e crescimentos dependem menos da política econômica interna e mais das condições externas, mas o direcionamento da política interna, ao enfrentar crises ou gerir as benesses do crescimento, dá o tom do potencial nível de desenvolvimento do país. O receituário macroeconômico baseado no paradigma neoliberal, posto em prática governo Fernando Henrique Cardoso (doravante governo FHC) não foi alterado no governo Lula (BRESSER-PEREIRA, 2006; 2013). Segundo Bresser-Pereira (2013, p. 9) o tripé macroeconômico (superavit primário, câmbio flutuante e meta de inflação) na sua vertente ortodoxa, neoliberal,

... é constituído por estes três conceitos genéricos que, afinal, resultam em dois parâmetros e um único objetivo que interessam a uma coalizão política neoliberal formada por capitalistas rentistas e financistas. Os dois parâmetros são uma taxa de juros a mais alta possível e uma taxa de inflação a mais baixa possível; o objetivo final é uma taxa de juros real elevada que remunere os capitalistas

rentistas e os financistas que administram sua riqueza. (BRESSER-PEREIRA, 2013, p. 9).

Bresser argumenta que superavit primário e responsabilidade fiscal são necessários e desejáveis em qualquer economia, porém câmbio flutuante e meta de inflação que subordine pleno emprego e câmbio competitivo são inaceitáveis. O argumento do autor, vinculado ao neodesenvolvimentismo – ou novo desenvolvimentismo (BRESSER-PEREIRA E THEUER, 2012) – remete, inclusive ao governo Lula, ainda que este estivesse muito mais próximo do neodesenvolvimentismo, assim como o governo FHC estava do neoliberalismo. Para Bresser-Pereira (2013, p.6) o governo Lula não logrou escapar das armadilhas do tripé macroeconômico ortodoxo do governo anterior, se mantendo, portanto, dependente das amarras de uma lógica em que o crescimento se sobrepõe ao desenvolvimento.

Neste sentido, afirma Bresser, o governo de Dilma Rousseff recebeu uma pesada herança em relação às perspectivas de desenvolvimento, na medida em que o acima exposto somou-se às condições externas desfavoráveis para o crescimento que até então sustentava o desenvolvimento (BRESSER-PEREIRA, 2013, pp.6-7). O desenvolvimento não poderia ser sustentável ou sustentado em um contexto de crise internacional, porque o mercado interno, fruto da atenção do governo Lula com o setor produtivo nacional e de políticas como o bolsa-família e microcrédito, cresceu em setores com baixo valor adicionado per capita, isto é, setores tecnologicamente menos sofisticados sem capacidade de absorver o desemprego industrial. Para Bresser (2013, p.12) sem a correção deste desequilíbrio, que pressupõe afastamento da ortodoxia neoliberal no que diz respeito à condução da política econômica, não haverá demanda para o setor privado e, conseqüentemente, “... todos os esforços que o país vem realizando no lado da oferta, no sentido de desenvolver a educação, a ciência, a tecnologia e investir na infraestrutura, serão desperdiçados” (BRESSER-PEREIRA, 2013, pp.6-7).

A preocupação neodesenvolvimentista com o mercado interno forte, capaz de integrar parte expressiva da população já estava presente em Caio Prado Jr. em sua crítica ao fato da economia brasileira ser organizada para fora,

caracterizada “... pela efemeridade dos ciclos econômicos aproveitando conjunturas positivas sem constituir uma base econômica sólida para a satisfação das necessidades materiais da população que nele habita.” (PRADO JR., p.75), e principalmente em Celso Furtado (2004, p.3):

...a saída para o Brasil consiste em dinamizar o mercado interno. Mas para isso, é preciso deter a concentração de renda. É preciso, portanto, fazer crescer as atividades produtivas em sentido amplo, isto é, incentivar atividades produtivas que nem sempre visam o lucro, mas que são essenciais para alcançar os objetivos sociais.

O fortalecimento do mercado interno depende do nível de emprego que garantiria a demanda efetiva. Neste sentido, as empresas transnacionais deveriam ser orientadas para privilegiarem o mercado nacional e a criação de empregos.

Na ótica neoliberal, esta não é uma questão importante na medida em que o Estado não deve se envolver na questão produtiva, se limitando à regulação mínima. Abertura e desregulamentação devem caminhar juntas, pois existe um nexos entre abertura e produtividade desde que não existam barreiras protetivas à primeira (FRANCO, 1998, p.129). Para Franco (1998) a estabilização é pré-requisito ao desenvolvimento econômico sadio e que deve necessariamente ser pautado pelo equilíbrio (austeridade fiscal) e a abertura de mercado. Sem esses elementos não há controle da inflação e, conseqüentemente, uma taxaçoão ao pobre, na medida em que aquela é um imposto que afeta principalmente este (FRANCO, 1998, p.122). Portanto, austeridade fiscal e abertura de mercado são perfeitamente compatíveis (e desejáveis) com crescimento econômico e com desenvolvimento social, sendo fundamental, inclusive, na estratégia de redução das desigualdades sociais. Esta perspectiva pressupõe uma racionalidade nas relações de mercado que, a nosso ver, não existe.

O economicismo frio, tratando apenas lateralmente das questões sociais, faz com que o autor se preocupe mais com o “ambiente” abstrato, exclusivamente para os negócios, do que com as pessoas, com o artifício teórico (e pretensamente retórico) de que estas se beneficiam do potencial “liberalizador” do mercado. A crítica ao “viés” pró-mercado interno em Franco (1998,

p.127) é dirigida não mais ao chamado período “populista”, mas ao atual (do texto), que implicitamente nos textos do autor pode ser entendido como “neopopulista. A receita para alcançar o pretendido, neste contexto, pareceu ser menos investimento social como forma de objetivação da austeridade fiscal, e privatização de setores estratégicos (e potencialmente rentáveis) para sinalizar positivamente ao capital internacional. O capitalismo dependente foi assumido como estratégia de desenvolvimento e não houve nada que indicasse a superação do modelo, ao contrário, um aprofundamento da dependência (via submissão ao capital financeiro externo) em detrimento daqueles que sustentam o modelo: os mais pobres.

A questão da pobreza e da desigualdade também é bastante importante nas abordagens neodesenvolvimentista e neoliberal. Em matéria publicada no *Jornal do Brasil*<sup>5</sup>, Fernando Henrique Cardoso, aproximando-se do fim de seu governo, em 2001, afirmou que em países em desenvolvimento como o Brasil, a questão chave não é a concentração de renda e sim a diminuição da pobreza. Porém, minimizar a concentração de renda e, por conseguinte a desigualdade, não faz com que a redução da pobreza seja mais importante. Os argumentos de Fernando Henrique e outros neoliberais na referida matéria se aproximam aos de Gustavo Franco: i) a necessidade da austeridade fiscal como forma de evitar déficit e, conseqüentemente, o financiamento deste; ii) a distribuição de renda demandaria tributação do capital que nestas condições “fugiria”; e o mais mafioso dos argumentos: iii) aumentar os impostos dos bens de consumo dos ricos gera desemprego que prejudica os mais pobres.

Do ponto de vista do debate político, até pela estreita relação com a esfera econômica, pode-se também distinguir as agendas em disputa. As questões que orientam os debates parecem ser as mesmas: gestão, corrupção, estabilidade, pobreza, desigualdade, sustentabilidade, segurança, política externa e etc. O diferencial está na ênfase e no direcionamento que cada tema ganha dependendo da perspectiva política em questão.

Não obstante, a matriz teórica de fundo deste debate é o tema do personalismo/patrimonialismo que remete a confusão entre as esferas

pública e privada; a necessária impessoalidade no tratamento das instituições; e que, por fim, acabam legitimando discursos ora conservadores, ora progressistas e ora reacionários.

A demonização do Estado caminha junto com a reificação do mercado como o espaço racional por excelência. Daí a noção de que tudo que é privado é mais eficiente, mesmo aquilo que não deveria ser cambiável como saúde e educação, por exemplo. Por essa perspectiva, quanto mais enxuto o Estado, melhor, pois este será o ensejo de que os indivíduos precisam para potencializar a sociedade civil, além do que, a inépcia dos funcionários públicos e a corrupção seriam problemas menores.

O Estado é sempre suspeito de “politicagem” e de “aparelhamento” por indicações políticas e o mercado é definido como instância “técnica”, ou seja, reflexo da “racionalidade pura” e do “cálculo técnico”. Um é a esfera do “privilegio inconfessável” e o outro o reflexo da “razão técnica” supostamente no interesse de todos. É isso que explica o foco constante e diário na “corrupção política” como a lembrar ao público onde está o mal e onde está o bem. Como tudo no mundo social, essa é uma realidade “construída”, fruto de uma leitura interessada do mundo. (SOUZA, 2009).

No que se basearia esta “leitura interessada do mundo”? Principalmente, na manutenção de privilégios de classe e na necessidade de tornar secundárias as abissais desigualdades sociais e a concentração de renda. Quando se ameaça tocar nestas questões, ainda que, no nosso entendimento, de forma tímida, o sinal de alerta toca e aqueles que negam a existência da luta de classes, mas lutam por privilégios de classe, esbravejam contra uma pretensa espécie de “populismo patrimonialista estatal”.

Fernando Henrique Cardoso em artigo publicado no “O Globo” de 01/11/2009, intitulado “Para onde Vamos?”, aponta para aquilo que no seu entendimento havia se transformado o Estado brasileiro no final do governo Lula. Não julgaremos o mérito dos governos em questão, nos interessa é que em seu discurso, Fernando Henrique reelabora a noção de “estamento burocrático” ou “Estado patrimonialista”. Segundo ele, o estamento burocrático não diz respeito mais ao antigo “autoritarismo militar”, mas a um “autoritarismo popular”. O que exatamente signi-

<sup>5</sup> Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/folha/dimenstein/temporeal/gd111201.htm>. Acessado em 11/10/2016.

fica isso não deixou claro, porém deu pistas do que queria dizer:

Pouco a pouco, por trás do que podem parecer gestos isolados e nem tão graves assim, o DNA do “autoritarismo popular” vai minando o espírito da democracia constitucional. Essa supõe regras, informação, participação, representação e deliberação consciente. (CARDOSO, 2009).

Portanto, no “autoritarismo popular” que caracterizava o governo Lula, não havia regras, informação, participação, representação e deliberação. O povo “plástico”, “cordial”, “desinformado”, sem capacidade crítica e prospectiva, aplaudia a baderna autoritária que seus representantes diretos (sindicalistas, líderes de movimentos sociais, religiosos e etc.) exerciam no aparelho burocrático do Estado, e não davam conta dos malefícios à nação. A situação concreta em que parte expressiva da população passa a ter acesso a esta “nação” para poucos não é levada em conta na medida em que ao reconhecimento das próprias condições de vida, de sua própria história, e a opção por um projeto mais adequado a estas é atribuído um personalismo.

Holston (2013), neste sentido, argumenta que na eleição de Lula em 2001, seus eleitores reconheciam nele um projeto em comum; uma história de vida ou mesmo uma perspectiva de mudança, e não o líder carismático com poderes “hipnóticos”, visão que parece comum aos críticos de Lula e adeptos à vociferação do populismo político.

...os residentes nas periferias com quem eu trabalho votaram em Lula não apenas para exigir futuras mudanças, mas também para reivindicar como emblematicamente sua uma história de vida envolvendo tudo que já havia mudado: uma história de industrialização, de migração urbana, de transformação das cidades e de luta pela cidadania que fez o Brasil nos cinquenta anos. É uma história que muitos desses votantes viveram e que Lula personifica de forma carismática. (HOLSTON, 2013, p.24).

A argumentação de Holston nos leva a refletir sobre a inversão da equação: não se trata de “desinformação”, “alienação”. Antes, é o “desentranhamento” ou reconhecimento das próprias condições de vida. Neste sentido, a corrupção como mote da questão é, na maioria das

vezes, a verdadeira “alienação”, pois repete-se o discurso midiático/liberal sem uma reflexão mais ampla.

A percepção do Estado como o berço da corrupção também se reproduz no debate político, o que se esquece é que a corrupção parte do mercado. A corrupção é um mecanismo que empresas e grupos se utilizam para obter vantagens no mercado competitivo. Uma das estratégias é corromper agentes públicos, mas nem sempre. A corrupção é certamente um problema bastante preocupante e em escala na sociedade brasileira; portanto, deve ser combatida, mas não mitificada. Em artigo publicado no “Estado de São Paulo” em 13/07/2008, o jornalista Pedro Dória, citando Bolívar Lamounier, vai afirmar que o Estado Brasileiro é essencialmente corrupto e, ao tratar do caso de corrupção envolvendo o empresário Daniel Dantas, argumenta que:

O Brasil tem uma formação patrimonialista, ou seja, o Estado é o verdadeiro detentor da riqueza. Seu poder é avassalador. O emaranhado jurídico é tal que se tornou impossível manter uma empresa sempre em ordem. Daí a capacidade de pressão do governo ser devastadora. A influência do Estado em setores por natureza oligopólicos como telecomunicações, energia ou aviação é ainda maior. Desse jeito, um sujeito que tenha capacitação técnica e audácia, como Daniel Dantas, precisa de contatos políticos para se sustentar empresarialmente. É evidente que o caso dele, que dizem ter recorrido até a empresas de espionagem, é extremado. Mas todo grande empresário brasileira precisa de uma relação simbiótica com o governo. Porque a mão do governo está presente em tudo. (DÓRIA, 2008).

Ou seja, por essa percepção o Estado é um monstro centralizador que freia a capacidade do mercado. Aos capitalistas, acudados, só resta mecanismos informais de atuação para liberarem seus ímpetos empreendedores: a corrupção; a sonegação; negociatas e etc. É como se houvesse um constrangimento à corrupção, portanto, o corruptor apenas age conforme as regras do jogo. Não lhe resta alternativa diante do “Leviatã”, “popular”, acrescentaria Fernando Henrique.

O debate, seja político, seja econômico, é dominado pela relação Estado/mercado e a “sociedade civil”, quando aparece é de forma homogeneizada, abstrata; em vez de dividida

em classes. Quando se trata de uma classe de pobres, sem acesso ou com acesso precário ao conhecimento, a inserção produtiva num mercado competitivo é problemática, dado que os estímulos não são compatíveis com aquilo que se tem como mote atitudinal no capitalismo: visão prospectiva, valorização do conhecimento, poupança, espírito empreendedor e etc.

Isto se dá por diversas razões, dentre as quais que o peso do presente não permite que se projete um futuro muito diferente do que foi no passado, isto é, o futuro já está sendo sacrificado em função da necessidade do presente; disto decorre que o conhecimento não possui efeitos práticos imediatos, portanto, não potencializa o interesse e consequentemente a concentração para o mesmo. É claro que qualquer trabalho exige concentração e conhecimento, mas aqui estamos falando de um conhecimento valorizado pelo mercado que permite melhores salários e um trabalho menos braçal e mais salubre. Tempo livre também é outra variável importante já que em geral e desde cedo, estes pobres têm menos tempo livre para dedicarem-se ao conhecimento, por exemplo. O jovem pobre, diferente dos jovens de classe média, tem pouco tempo para estudar e, somando a isso a falta de estímulo, tende a reprodução do mesmo nível de vida dos pais. É esse aspecto, derivado da obra de Florestan Fernandes, que Jessé Souza (2009, p. 82) pertinentemente aponta:

...para que exista justiça social, as crianças deveriam chegar à escola em condições semelhantes de competição. É essa “gênese da desigualdade social” que nenhuma teoria liberal alcança. Existe um verdadeiro abismo entre as crianças da classe média e da “ralé” brasileira. Enquanto as primeiras chegam à escola já tendo recebido dos pais todo o estímulo, os melhores exemplos e a carga de motivação diária necessária para o difícil aprendizado que a disciplina escolar significa para as crianças, as crianças da “ralé” chegam completamente despreparadas para os mesmos desafios.

O pressuposto das “condições semelhantes de competição” é o acesso à “ordem social competitiva”. Sem essa garantia inicial, de que todas as pessoas tenham acesso à “ordem social competitiva”, ou seja, sejam “integradas à sociedade de classes”, o debate sobre o patrimonialismo/personalismo só pode ser justifica-

do *per si*; por sua natureza moral, que o torna abstrato e estéril<sup>6</sup>. Entendemos que o foco do debate político e econômico deveria ser o aprofundamento de políticas que integrasse toda a população na ordem competitiva, ampliando o acesso aos direitos. Demandaria, certamente, uma melhor distribuição da riqueza, principalmente com a expansão de serviços que não deveriam ser objeto de troca monetária, e uma necessária desconcentração de renda, ou seja, demandaria o rompimento, ainda que parcial, dos privilégios da menor parcela da população do país que nunca esteve disposta a lidar com esta “chaga”.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A sociedade brasileira tanto do ponto de vista teórico, quanto empírico, guarda ainda aspectos que estiveram presentes em sua história. A compreensão da história, da especificidade da sociedade brasileira e dos autores que a pensaram, nos ajuda a entender o presente e podem indicar caminhos para superação de nossas mazelas. Os autores supracitados que investigaram a sociogênese destes processos, independente das virtudes e falhas em suas análises, deixaram um legado reflexivo que, de forma direta ou indireta, influenciam na forma como país pensa a si mesmo; como se identifica; e qual o potencial de desenvolvimento partindo daquilo que somos.

Do ponto de vista econômico a questão chave parece ser qual o foco: um desenvolvimento que integre maior parcela da população ou que continue concentrando renda. O contexto histórico nem sempre permite a realização na plenitude das propostas econômicas, devido às pressões externas e internas e a correlação de forças dos agentes. De um ou outro modo, o incremento de um mercado produtivo/consumidor com parte da população que historicamente sempre esteve a margem das benesses do crescimento/desenvolvimento, faz com que a perspectiva de uma sociedade mais igualitária seja mais próxima a realidade.

A perspectiva neoliberal tende ao economicismo, e mesmo considerando que a justiça

<sup>6</sup>Este debate tem uma relação mais estreita com a perspectiva liberal/neoliberal. O novo/neodesenvolvimentismo também não escapa de reproduzir esta ideia, porém não a enfatiza, além de considerar desigualdade e concentração de renda como problemas relevantes.

social não seja algo fora do horizonte, a reificação de um mercado que não abrange a todos vai fatalmente relegar parte da população à marginalidade. A perspectiva novo/neodesenvolvimentista parece mais afeita as preocupações com o mercado interno e a redução das desigualdades, porém cedem a ortodoxia econômica que impacta na condução das políticas públicas internas, e esta parece ser a chave do entendimento do bloqueio de um efetivo desenvolvimento social no país: a contradição entre o potencial produtivo da maior parte da população e os interesses de uma minúscula parcela privilegiada.

Do ponto de vista político, este fato tende a ser secundarizado pela ênfase na estrutura e funcionamento do Estado. As discussões sobre corrupção, segurança, eficácia da gestão e etc. se sobrepõe àquelas de tratam das desigualdades e concentração de renda. Inverte-se a prioridade para a manutenção dos privilégios. Salientamos, portanto, para a importância de se compreender e analisar o Brasil de forma mais distanciada do senso comum reforçado pela mídia e do debate político imediatista e pragmático; e mais aproximada (criticamente) daquilo que foi esforço de interpretação dos grandes intérpretes do Brasil.

## REFERÊNCIAS

- ABREU, M. A. A. Raymundo Faoro: Quando o mais é menos. **Perspectivas**, São Paulo, v. 29, p. 169-189, 2006.
- BASTOS, E. R. Raízes do Brasil – Sobrados e mucambos: um diálogo. **Perspectivas**, São Paulo, v. 28, p.19-36, 2005.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. O governo Dilma frente ao tripé macroeconômico e à direita liberal e dependente. **Novos Estudos Cebrap**, v. 95, p. 4-15, março, 2013.
- \_\_\_\_\_.; THEUER, D. Um estado novo-desenvolvimentista na América Latina? **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 21, Número Especial, p. 811-829, dez. 2012.
- CARDOSO, F. H. Para onde vamos? **O Globo**, Rio de Janeiro, 01 de novembro de 2009. Disponível em <http://portal.pps.org.br/portal/showData/163598>, acesso em 12/10/2016.
- DEÁK, C. Acumulação entravada no Brasil e a crise dos anos de 1980. In: DEÁK, C.; SCHIFFER, S. R. (orgs.) **O processo de urbanização no Brasil**. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2010. pp.19-48.
- DÓRIA, P. Admitamos: somos corruptos. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 13 de julho de 2008. Aliás. Disponível em <http://alias.estadao.com.br/noticias/geral,admitamos-somos-corruptos,205122>. Acesso em 15/10/2016.
- FERNANDES, F. **A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**. 5. ed. São Paulo: Globo, 2006. 505p.
- FRANCO, G. H. B. A inserção externa e o desenvolvimento. **Revista de Economia Política**, vol. 18, n. 3 (71): 121-147, julho-setembro, 1998.
- FREYRE, G. **Casa-grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. 48. ed. São Paulo: Global, 2003. 719 p.
- \_\_\_\_\_. **Sobrados e Mucambos**. Edição comemorativa 70 anos. São Paulo: Global, 2006. 1008 p.
- FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. 34. ed. São Paulo: Companhia das letras, 2007. 352 p.
- \_\_\_\_\_. Receita para o crescimento. **Jornal da UNICAMP**, Campinas, nº. 267, p. 3, 27 de setembro a 3 de outubro de 2004. Entrevista concedida a Álvaro Kassab.
- HOLANDA, S. B. **Raízes do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Companhia das letras, 1995. 226 p.
- HOLSTON, J. **Cidadania insurgente: disjunções da democracia e da modernidade no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013. 488 p.
- MORAIS, L.; SAAD-FILHO, A. Da economia política a política econômica: o novo-desenvolvimentista e o governo Lula. **Revista de Economia Política**, vol. 31, n. 4 (124), pp. 507-527, outubro-dezembro, 2011.

PRADO JR., C. **Formação do Brasil contemporâneo**: colônia. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. 464 p.

RAGO FILHO, A. A teoria da Via Colonial de objetivação do capital no Brasil: J. Chasin e a crítica ontológica do capital atrofico. **Verinotio revista on-line**. n. 11, Ano VI, p. 71-86, abr./2010.

REIS, J. C. Anos 1930: Gilberto Freyre: o relogio da colonização portuguesa. In. REIS, J. C. **As identidades do Brasil**: de Varnhagen a FHC. 9. ed. Ampl. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2007. pp.51-82.

\_\_\_\_\_. Anos 1930: Sérgio Buarque de Holanda: A superação das raízes ibéricas. In. REIS, J. C. **As identidades do Brasil**: de Varnhagen a FHC. 9. ed. Ampl. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2007. p.115-144.

\_\_\_\_\_. Anos 1960: Caio Prado Jr.: A reconstrução crítica do sonho de emancipação e autonomia nacional. In. REIS, J. C. **As identidades do Brasil**: de Varnhagen a FHC. 9ª ed. Ampl. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2007. pp.173-202.

\_\_\_\_\_. Anos 1960-70: Florestan Fernandes: Os limites reais, históricos, à emancipação e à autonomia nacional: a dependência sempre renovada e revigorada. In. REIS, J. C. **As identidades do Brasil**: de Varnhagen a FHC. 9ª ed. Ampl. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2007. pp.203-234.

SCHWARTZMAN, S. **Nota sobre o patrimonialismo e a dimensão pública na formação da América Latina contemporânea**. (12/10/2006). Disponível em: <http://www.schwartzman.org.br/simon/patrimonialismo06.pdf>. Acesso em: 16/10/2016.

SOUZA, J. Gilberto Freyre e a singularidade cultural brasileira. **Tempo Social**; Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 12(1): 69-100, maio de 2000.

\_\_\_\_\_. **A construção social da subcidadania**: por uma sociologia política da modernidade periférica. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2003. 207 p.

\_\_\_\_\_. O Estado de todas as culpas. **O**

**Estado de São Paulo**, São Paulo, 05 de setembro de 2009. Aliás. Disponível em <http://alias.estadao.com.br/noticias/geral,o-estado-de-todas-as-culpas-por-jesse-Souza,430094>. Acesso em: 15/10/2016.

TEIXEIRA, R. A. O capital como sujeito e o “sentido da colonização”. In: **XXXIII Encontro Nacional de Economia**, 2005, Natal. Disponível em: <http://www.anpec.org.br/encontro2005/artigos/A05A017.pdf>. Acesso em 09/10/2016.

#### **BREVES REFLEXIONES SOBRE EL DESARROLLO SOCIAL EN BRASIL**

**RESUMEN:** Recientemente, la sociedad brasileña está experimentando una profundización de posiciones en el debate político sobre el modelo de desarrollo que se destina para el país: resumidamente un desarrollo con inclusión social más efectiva u otro cuyo enfoque es la seguridad y austeridad fiscal en detrimento de las políticas sociales. El debate no es nuevo y se puede comparar con las interpretaciones de grandes pensadores brasileños. En breve reflexión que sigue en el artículo, se discute sobre un tema importante, tema éste objeto de discusión por aquellos que interpretaron Brasil y todavía ejercen fuerte influencia en las agendas y en el discurso político y económico actual, es decir, cuáles son los obstáculos para un efectivo desarrollo social en el país.

**PALABRAS CLAVE:** Discurso político; Desigualdad; Patrimonialismo.